

# National Security Zone in International Cyber Affairs

Eneken Tikk-Ringas

*The author has worked on different areas of technology and law as attorney, adviser to numerous Estonian authorities and lecturer at several universities. After building up and later heading the Legal and Policy Branch at the NATO Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence in Tallinn from 2006 to 2011, she joined Citizen Lab and the University of Toronto as a post-doctoral fellow for a year, also serving as strategic cyber security adviser to ICT4Peace Foundation in Switzerland. Eneken holds a PhD in law from the University of Tartu, Estonia.*

## Resumo

### A Área da Segurança Nacional em Questões de Cibersegurança Internacional

O artigo descreve como os interesses nacionais no plano da cibersegurança estão interligados com instrumentos jurídicos, explicando como diferentes interpretações de conceitos como liberdade de informação, cooperação internacional ou direito à privacidade são contemplados em termos de Direito internacional. Analisam-se ainda ramificações quanto a abordagens governamentais relativas ao conceito de “segurança nacional”, concluindo-se que nas atuais circunstâncias de fragmentação dos instrumentos legais associados à cibersegurança e ante a inexistência de acordo quanto ao que deve ser o comportamento aceitável dos Estados no plano do ciberespaço, os governos detêm uma larga latitude de discricção jurídica quando dela se socorrem para impor as respetivas perspectivas nacionais quanto a um equilíbrio entre a liberdade e a segurança.

## Abstract

*This article explains how national cyber security interests are entwined into international legal instruments and explains how different interpretation of concepts like freedom of information, international cooperation or the right to privacy can occur under international law. The article discusses the ramifications of governmental approaches to shaping and furnishing the concept of “national security” and concludes that under the circumstances of fragmentation of cyber security related legal instruments and in the absence of detailed agreement on acceptable state behaviour in cyberspace governments have a wide margin of legal discretion when using international legal and policy instruments to impose their national approaches to the balance of freedom and security.*